



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIAM SEXTA (16ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil e dezesseis, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Décima Sexta (16ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 20 de maio de 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Jorge Setoguchi, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário o Requerimento nº 229/2016, solicitando o afastamento, na data, 23 de maio de 2016, do Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, por motivo de doença, conforme rezam os Artigos 81, I, 'a'; 156, I, e 167, Parágrafo Único, todos da resolução nº 276/2010, Regimento Interno vigente, conforme atestado médico anexo; (submetido a votos em sessão de hoje, turno único, sem preceder discussão, o Requerimento nº 229/2016, foi aprovado, por unanimidade dos presentes); (cumpra-se, como requer). Posto isto, o Presidente da Casa submeteu à votação a Ata da Nona (9ª) e Décima-Primeira (11ª) Sessões Ordinárias, realizadas, respectivamente, em 04 e 18 de abril de 2016, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 41, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 29/2016, datada de 10/05/2016, objeto do Ofício nº 29/2016, de igual data, "dispondo sobre a revogação da Lei Municipal nº 3.675, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a criação do Serviço Funerário Municipal"; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 52, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 32/2016, datada de 16/05/2016, objeto do Ofício nº 32/2016, de igual data, "dispondo sobre a regularização de construções irregulares e dando outras providências"; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 53, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 34/2016, datada de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

23/05/2016, objeto do Ofício nº 34/2016, de igual data, “dispondo sobre o reajuste de salários, vencimentos, proventos e pensão mensal dos servidores ativos e inativos da administração direta e da indireta”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei Complementar nº 07, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 33/2016, datada de 23/05/2016, objeto do Ofício nº 33/2016, de igual data, “dispondo sobre a alteração de valor e de classe salarial de emprego, que especifica, do quadro de pessoal da administração direta e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Balancete Contábil do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de abril, de 2016”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 6. Balancete Contábil do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de março, de 2016”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 7. Balancete Contábil da Prefeitura de Mogi Mirim, “referente ao mês de abril, de 2016”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 212/2016 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, INFORMAÇÕES E PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ANTÔNIO MOE, LOCALIZADA NO BAIRRO VILA SANTA LUZIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 213/2016 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO Nº314/2016, EM QUE SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP E A SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA LÁZARO DO AMARAL MELLO, LOCALIZADA NO BAIRRO TUCURA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 220/2016 - Assunto: REQUER O PRATULHAMENTO DA POLICIA MILITAR E



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, EM LOCAL QUE ESPECIFICA. Aatoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Requerimento Nº 222/2016 - Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, através de suas secretarias competentes, informações referentes ao valor e destinação das multas arrecadadas, na limpeza de imóveis, construção e reparos de passeios e muros, no município. Aatoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. Requerimento Nº 223/2016 - Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, através do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, informações sobre o impacto no consumo da energia elétrica, no custo da tarifa água. Aatoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. Requerimento Nº 224/2016 - Assunto: Requeiro cópias de empenhos. Aatoria: LUZIA CRISTINA CÔRTEZ NOGUEIRA. Requerimento Nº 225/2016 - Assunto: REQUEIRO INFORMAÇÕES A RESPEITO DAS DEMISSÕES NA EMPRESA CIDADE BRASIL. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 226/2016 - Assunto: Requeiro informações e estudos para implantação de dispositivo redutor de velocidade, na Rodovia Elzio Mariotoni. Aatoria: BENEDITO JOSÉ DO COUTO. Requerimento Nº 227/2016 - Assunto: Requeiro a Prefeitura Municipal e a Mazza, a instalação de braços com lâmpadas, na Rodovia Elzio Mariotoni, nas proximidades do reservatório de Água do SAAE. Aatoria: BENEDITO JOSÉ DO COUTO. Requerimento Nº 228/2016 - Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, que seja instalado mecanismos, que visem a diminuição da velocidade (lombadas/valetas, etc.), na MMR-347 - Rodovia dos Agricultores, no trecho que compreende o Auto Socorro Pardal até o contorno viário e adjacências. Aatoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 381/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA PROFESSOR DANTE ALIGHIERI VITTA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM DO LAGO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 382/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA ELIZÁRIO DIAS GUILON, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SILVÂNIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 383/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO ASFÁLTICA NA RUA VINTE E CINCO DE JANEIRO, LOCALIZADA NO BAIRRO VILA SANTA LUZIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 384/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP E A SECRETARIA COMPETENTE A REALIZAR MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA ANGELINO MARIOTONI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 385/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA COLETA DE GALHOS, ENTULHO E LIXO NA RUA FRANCISCO ANTÔNIO GONÇALVES, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SILVÂNIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 386/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO DO PAVIMENTO ASFÁLTICO NA PRAÇA RUI BARBOSA, LOCALIZADA NO CENTRO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 387/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA APLICAÇÃO DE RASPA DE ASFALTO NA RUA ANTÔNIO MOE, LOCALIZADA NO BAIRRO VILA SANTA LUZIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 389/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA BARONESA DE CINTRA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM ÁUREA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 392/2016 - Assunto: SOLICITO AO EXMO PREFEITO MUNICIPAL ESTUDOS JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE, NO SENTIDO DE REALIZAR OPERAÇÃO “RECAPEAMENTO” E “TAPA BURACOS” NA MALHA ASFÁLTICA DA RUA EMILIANO PARRA, JARDIM SCOOMPARIN. Autoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES. Indicação Nº 393/2016 - Assunto: SOLICITO AO EXMO PREFEITO MUNICIPAL ESTUDOS JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE, NO SENTIDO DE REALIZAR OPERAÇÃO “RECAPEAMENTO” E “TAPA BURACOS” NA MALHA ASFÁLTICA DA RUA JOÃO ALVES, JARDIM SCOOMPARIN. Autoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES. Indicação Nº 394/2016 - Assunto: INDICO AO PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP PARA QUE JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE REALIZE A RECUPERAÇÃO DO ASFALTO ENTRE OS NÚMEROS 55 E 124 NA RUA MINISTRO MANOEL COSTA MANSO, LOTEAMENTO SÃO GERÔNIMO E NA RUA AGOSTINHO DE BARROS, ESQUINA COM A RUA NORBERTO DE ARAÚJO COELHO, JDIM LONGATTO. Autoria: CINOÊ DUZO. Indicação Nº 395/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL ESTRADA DO GABRIEL (MMR-287), COM RELAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

AOS PONTOS CRÍTICOS NO PAVIMENTO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 396/2016 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE REDUÇÃO DE VELOCIDADE NA RODOVIA NAGIB CHAIB, NO PARQUE DO ESTADO II, SENTIDO MOGI MIRIM. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 397/2016 - Assunto: INDICO A SECRETARIA COMPETENTE A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO NA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E NA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA PAULO MAICUTE, EM MARTIN FRANCISCO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 398/2016 - Assunto: Solicita implantação de redutor de velocidade na Rua Nicarágua, na Vila Universitária – Zona Leste. Autoria: BENEDITO JOSÉ DO COUTO. Indicação Nº 399/2016 - Assunto: SOLICITO AO EXECUTIVO MUNICIPAL ESTUDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA NA RUA 1º DE JANEIRO. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Indicação Nº 400/2016 - Assunto: Solicita ao Sr. Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, atuação do serviço “Tapa Buraco”, na Rua 13 Junho, em frente ao nº 112, Vila Santa Luzia, que foi aberto pelo SAAE, e não foi concluída a massa asfáltica. Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 42/2016 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA LIA BRASI DE AMOÊDO CAMPOS GASPAROTTO, OCORRIDO DIA 13 DE MAIO DE 2016. Autoria: LEONARDO DAVID ZANIBONI. Moção Nº 43/2016 - Assunto: MOÇÃO DE APELO AO PROJETO DE LEI A SER ENVIADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO GERALDO ALCKMIN À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, OBJETIVANDO TRANSFERIR PARTE DOS RECURSOS QUE PAGA AOS ADVOGADOS, DO FUNDO DA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, PARA A SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA. Autoria: CINOÊ DUZO. Moção N° 44/2016 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR NELSON THEODORO, OCORRIDO DIA 14 DE MAIO DE 2016. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção N° 45/2016 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA SOLANGE BICUDO GUARNIERI, OCORRIDO DIA 14 DE MAIO DE 2016. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção N° 46/2016 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS, PARA A EQUIPE ORGANIZADORA DA FESTA DELLA MAMMA DE MOGI MIRIM, ESPECIALMENTE A SEBASTIÃO ZOLI JUNIOR, OCORRIDA DE 06 A 15 DE MAIO/2016. Autoria: LEONARDO DAVID ZANIBONI. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n°s. 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, datados de 29 de abril e 11, 12 e 13 de maio de 2016, todos subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, respondendo a respeito do Requerimento n° 405/2015; Requerimento n° 134/2016; Requerimentos n°s 130 e 132/2016; Indicação n° 264/2016; Requerimento n° 159/2016; Requerimento n° 059/2016; Requerimento n° 129/2016; Requerimento n° 127/2016; Requerimento n° 075/2016; Requerimento n° 078/2016; Requerimento n° 110/2016; Indicação n° 121/2016; Indicação n° 093/2016; Indicação n° 176 e 177/2016; Indicações n°s 192 a 200, 208 a 210, 216, 218, 227 e 228/2016; Indicação n° 251 e 256/2016; Indicação n° 162/2016; Indicação n° 261/2016; Indicação n° 101/2016; Indicação n° 240/2016; Indicação n° 224 e 226/2016; Requerimento n° 131/2016, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício s/n°, datado de 19 de maio de 2016, subscrito pela senhora Rosemary de Fátima Silva, Presidente do Conselho Municipal de saúde, “remetendo o parecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conclusivo sobre o relatório de Gestão 2015, da Secretaria de Saúde de Mogi Mirim”;(arquive-se); Ofício nº. 038237, de 2013, datado de 09 de maio do corrente ano, subscrito pelo Presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente comunicou, que fora feita uma relação de vereadores, para que os apontados fizessem parte da comissão, para atuar junto ao Sindicato dos Servidores, para questões salariais, e que, iria suspender a sessão em curso, para reunião de todos os vereadores, com o presidente do Sindicato dos Servidores, Antonio Maciel de Oliveira. Para a reunião, a sessão foi suspensa às 18h54, e reaberta às 19h16. Prosseguindo, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Estou petrificada com a situação na saúde. Dr. Emílio, quando veio aqui, nesta casa, disse que as coisas estavam melhorando. Mas, hoje, um senhor, que está perdendo a visão, foi consultar a lista, para ver quando seria a sua consulta, com o oftalmologista, e ele constatou, que no mês de maio, estão sendo atendidos os pacientes, que tinham entrado na fila, em agosto. Isto é preocupante. A pessoa tem que marcar nova consulta, no clínico geral, para ser colocada a urgência, para, depois, passar pela avaliação, para depois ainda, ter a consulta com o especialista oftalmologista. Só depois. Estou petrificada. Preocupa-me a questão das consultas, para medicamentos. Como farão? O clínico geral não tem condições, para avaliar os medicamentos do especialista. Não sei se é verdade, que melhorou a saúde. Em relação ao aumento dos funcionários, tivemos a reunião. Não vai ser feita sessão extraordinária. Temos feriado e a quinta segunda-feira, no mês. O Presidente colocou, que a sessão será dia 13 de junho. E o sindicato tem uns passos a mais, para serem vistos. De antemão, falamos que não concordamos com



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

os 3,21% de aumento, para quem prometeu melhorar a situação dos funcionários e não fez isso, de forma alguma. Este prefeito não melhorou a vida do funcionário, em nada, ano nenhum. Esperava-se, que no último ano, ele fizesse alguma coisa e não é o que vemos, em hipótese alguma”, colocou. Como o próximo inscrito, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Servidores. A minha posição é a mesma, continuo contestando o valor do aumento aos servidores. Estive, na sexta-feira, aqui, com os Vereadores João, Cinoê e Luzia. Acompanhamos a assembleia do funcionalismo. Tive conhecimento da não adesão à greve, mas do estado de greve. Estou à disposição, aguardando, que o sindicato consiga esgotar todas as possibilidades de acerto, com o prefeito. No dia 13 futuro, se tudo ocorrer de maneira, como esperamos, será emitido o parecer. A posição é aguardar a posição do sindicato e suas negociações”, discorreu. Como o próximo inscrito, vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, desistisse da palavra, assumiu lugar, na tribuna, o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Dizer que eu, mais sete vereadores, integramos a comissão e a maioria não concorda com o aumento que o Poder Executivo propôs. Vamos aguardar esgotamento de todas as discussões e conciliações e, se os 3,21% forem mantidos, através de assembleia do sindicato, se acharem por bem, que se vote contra, votarei. Os 3,21% são muito pouco, mas o que podemos fazer é isso, ou seja, passar pelo estudo das comissões e votar sim, ou não, ao aumento. As comissões tentarão pressionar o Executivo, para que faça, pelo menos, a correção, pelo índice. Se, ao final, não houver conciliação favorável, e se, na convenção do sindicato, decidirem contra, ou a favor, podem contar com o voto deste vereador, que vai ser decidido por vocês”, frisou. Como o próximo inscrito, Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Benedito José do Couto. “Como já dito pela Vereadora Maria Helena, estivemos na assembleia, apoiando a reivindicação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para aumento justo, pelo menos, a reposição da inflação de 10,67%. Acho ridículo um aumento de 3, 21%. E dizer aos servidores, que estamos juntos. Também faço parte da comissão. Vamos à conciliação, na mesa redonda. Certamente, vamos conseguir uma conciliação, mesmo porque, segundo disse, Dr. Valdir, advogado do sindicato, fazendo isso, dará respaldo também, ao Executivo. Digo, o apoio do tribunal. Entendimento, que ele terá, de como fazer o cálculo, de forma imparcial, quando o justo, na verdade, é fazer o cálculo relativo aos doze meses. O funcionário está perdendo sempre, pois o custo de vida sobe muito mais do que a inflação, que eles colocam no papel. Quanto a votar contra, é necessário tomar cuidado. Mas, como foi conversado um prazo, de, praticamente, quinze dias, teremos tempo de ir ao tribunal e homologar e, quem sabe, voltar de lá, com um resultado positivo. Se não der certo, devemos pedir um adiamento. Não devemos votar contra, já de início. Devemos, na pior das hipóteses, prosseguir, brigando por mais, até que sejam esgotados todos os prazos de votação. Enquanto tivermos prazo, não vamos aceitar e vamos buscar o que é correto. Falar também, sobre o requerimento, que fiz semana passada, sobre o Centro Dia do Idoso. Já fiz vários pedidos e reiterei o último, quando pedi explicações, por escrito, da razão do não funcionamento do Centro Dia do Idoso, mesmo já inaugurado. Foi uma luta, para inaugurar o prédio. A Secretaria de Promoção Social está ocupando o prédio, atualmente. Não sou contra. Deixar o prédio vazio fará com que acabe sendo depredado e destruído. Algo de tamanha importância, para a cidade. Trata-se de uma creche, para idosos. O município busca o idoso, pela manhã, em sua casa; dá refeições, passa o dia e retorna, para dormir, em casa. Buscamos o projeto, na cidade de Itu. Foi inaugurado o prédio. Edifício. Mas não se coloca em funcionamento. Quero saber, por escrito, porque não foi iniciado o funcionamento”, destacou. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. “Servidor público. Esta proposta de 3,21% é ridícula! É o total descaso, para com o funcionalismo. Proponho índice de 15%, acima da inflação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ele, o prefeito, gasta com coisas desnecessárias, tais como, o Jornal Oficial, por exemplo. Ele poderia utilizar este dinheiro, para repassar ao funcionalismo. Solução? Já disse, aqui. Exonere todos os comissionados e sobrarão dinheiro suficiente, para um reajuste digno, que reconheça e valorize o funcionário público municipal, desde o varredor de rua, até o médico, o pedagogo, todos, sem exceção. Com a economia que ele faria, exonerando os cargos, em comissão, teríamos mais de um milhão de reais, por mês. Daria para ser repassado aos funcionários, que ‘carregam o piano’. Eles executam o trabalho. Conceder 3,21% é um reajuste miserável e cruel. O desgoverno não está nem aí, para o povo, e muito menos, para com o servidor público. Na hora, que o servidor precisa do retorno, ele dá as costas mais uma vez. Os 3,21% são quase um terço da inflação dos últimos doze meses. E ele vem com a cara de pau, de fazer a proposta ridícula. Farei parte da comissão, servidor conte com este vereador. Os 3,21% são inadmissíveis. Tolerância zero. Como o próximo inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Jorge Setoguchi. “Fiz requerimento, tratando a respeito da pavimentação asfáltica, rua Antonio Moi, Bairro Santa Luzia. Estive lá. Os moradores não têm asfalto, num determinado trecho da rua, e reivindicam o asfaltamento do local. Peço à secretaria competente, que execute o serviço. Também quero falar sobre a homenagem que o TG 02-023, sob comando do Subtenente Robert, do Sargento Ademar e atirados fizeram, hoje, em homenagem à Força Expedicionária Brasileira – FEB. Comemora-se, na data de 8 de maio, data do final da II Grande Guerra, em 1945. A Câmara fez o monumento, em homenagem aos soldados pracinhas, monumento que se localiza, ao lado da Matriz de São José. A última comemoração a respeito dos soldados pracinhas ocorreu em 2010. Era presidente o vereador Osvaldo Quaglio. Daí, para cá, não se realizou mais a cerimônia e eu peço ao próximo presidente, ano que vem, que mantenha a tradição da homenagem aos soldados pracinhas, soldados que batalharam na II Guerra Mundial. Colocar ainda,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que a Comissão de Denominação de Vias e Logradouros vem solicitar aos vereadores, que denominem as estradas rurais. Faltam quinze. Seis vereadores se manifestaram, para nomear. Precisamos dos nomes oficiais. O CONSEG e o Conselho Rural estão pleiteando, junto aos nobres edis, para nomear as estradas. O processo de instalação de placas de denominação está em andamento e precisamos dos nomes das estradas rurais. A próxima reunião será na propriedade de Lázaro Pulcinelli, dia 31. Todos os vereadores estão convidados. Sobre o aumento aos servidores, que o prefeito está remetendo, de apenas 3,21%, penso que seja muito pouco, pois a inflação, no ano de 2015, foi de 10,27%. O prefeito não deu nem a recuperação do poder de compra dos salários”, afirmou. O próximo orador foi o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Primeiramente, eu quero falar sobre a reportagem do jornal A Comarca, sobre a invasão dos lotes, no Parque das Laranjeiras. O problema é sério mesmo. Tocou no assunto e em hora propícia. O processo, agora, está dependendo do Termo de Ajuste de Conduta, que foi solicitado, pela CETESB, para que o município apresente um cronograma de remoção de cento e cinco famílias. De acordo com o novo projeto urbanístico, estas cento e cinco famílias devem ser removidas. A prefeitura elaborou o cronograma de remoção, apresentou ao Ministério Público, mas, como o processo, contra o município, já se encerrou, a Promotora entende que ela não deve aceitar este TAC, por não existir um processo, em andamento. Na verdade, ela pode sim, mas está se preocupando demais, com o problema. Mas ela pode sim, intermediar este TAC, no MP, chamando o Olívolis, que é um terceiro, que recebeu lotes, para fazer a infraestrutura, à época, e não fez. São justamente esses lotes, que estão sendo invadidos por lá. Realmente, um problema. Todos os que têm contato com o pessoal do Parque das Laranjeiras devem pedir ao pessoal, que vá ao Ministério Público, pedir à Promotora, para intermediar este TAC, entre o município e Olívolis, porque é isso o que falta. Os outros três pontos – a CETESB aceitar a carta do IGC, de 2001, ela aceitou; a área



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

institucional, que a CETESB não estava querendo naquele local, o município já alterou o projeto, e a CETESB também já aceitou; e o projeto da rede de esgoto, para ser apresentado à CETESB, o município já fez, portanto, falta apenas este TAC, para resolver a questão do Parque das Laranjeiras. É hora de nos unirmos e tentarmos colocar fim ao problema. Quero falar sobre sexta-feira passada. Realizamos uma reunião, aqui, na Câmara, com a presença do Deputado Federal Major Olímpio, muito boa, muito bacana, mesmo. Com vários pré-candidatos do Solidariedade. Na ocasião, apresentamos ofício, pedindo duas viaturas, para a GCM, uma para a zona urbana e a outra, para zona rural. O deputado se comprometeu a nos enviar a verba. E disse, publicamente, desta promessa, deste comprometimento do deputado e ficamos felizes. Vamos acompanhar e cobrar. Sobre os servidores, lógico, que estamos do seu lado, não tenha dúvida. O parecer do TC dizendo, que o reajuste deve ser feito de janeiro a maio, está na cara é equivocado. Se assim é, o funcionário perde dois terços da reposição da inflação, por ano, a cada ano. Daqui dez anos o salário estará menor, que o salário mínimo. Certamente, o Tribunal de Contas vai ver isso e dar um parecer muito bom. Contem conosco. Sublinhando que, quem apresentou o ofício, pedindo duas viaturas ao Deputado Major Olímpio, fomos nós, os quatro vereadores do Solidariedade”, narrou. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. “Primeiramente, aos servidores. Contem comigo. Do que for decidido, em assembleia, estarei ao lado de vocês. Não estive na assembleia, na última sexta-feira, porque estava no casamento de minha filha. Tenho uma responsabilidade muito grande, com vocês. Jamais poderemos nos esquecer desta administração, que não respeitou nada de suas promessas. Fez várias reuniões com o funcionalismo, fez várias promessas, e, depois de eleito, o prefeito não fez nada. Nada foi cumprido. Não podemos esquecer isso. Aproveitando a fala do Vereador Jorge Setoguchi, quero dizer que não podemos nos esquecer também, dos heróis pracinhas, que estiveram na II Grande Guerra. Há o monumento, em Mogi Mirim, ao lado da matriz,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e, hoje, foi feita a comemoração, solenidade com o Tiro de Guerra, seus atiradores, munícipes, vereadores e autoridades. Foi às 9 horas, pela manhã. Até poucos anos atrás, tínhamos soldados ainda vivos. Alguns familiares desses estiveram presentes. Na sexta-feira, no telefone, eu fui entrevistado pelo jornalista Flávio Magalhães, sobre o Parque das Laranjeiras e as invasões. Fui eu que estive no bairro, a pedido de moradores. Conversei com os invasores. Eles têm o conhecimento da ilegalidade. Sabem como invadir terras. Sabem que estão lá, ilegais. Desde quinta-feira, eu procurei o setor de Planejamento e conversei com responsáveis. Fui até a área invadida, com fiscais, fui no Setor Jurídico, na sexta-feira. O Olívolis tem muito mais lotes, no bairro, além desses, na Rua 15, entre a 29 e 28. Ele tem muito mais. Ele já foi notificado. Somente ele pode pedir a reintegração de posse e ele deverá pedir, porque esses lotes vão pertencer ao município. Ali, é que serão realocadas metade das famílias que residem próximas à APP. Este fato vai atrapalhar e muito a regularização do Parque das Laranjeiras. Estamos acompanhando, de perto. Dizer também, que mesmo depois de anos de luta, de requerimentos, desde 2005, 2006, 2007; depois de vários requerimentos, em nome dos moradores do Jardim Europa, de brigas com a CEF, com a prefeitura e Previdência Social, a problemática não se resolve. Fomos à Brasília, Mogi Guaçu, São Paulo, fomos em todos os lugares, mas ninguém resolve mesmo. Ninguém resolve, mesmo querendo. Mas estivemos em São Paulo, na Defensoria Pública, Nelson Victal e eu. Fomos chamados, por eles. Eles nos explicaram o caminho a ser tomado, para regularização do Jardim Europa. Neste final de semana será realizada a primeira reunião sobre o assunto. Levaremos a equipe, para regularizar, e, se Deus quiser, em breve, todos os moradores, todos os que colaborarem, terão os lotes regularizados”, explanou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Problema do Parque das Laranjeiras, invasão dos terrenos, eu disse, na segunda-feira passada. Eu liguei e passei à pessoa, que nem prefeito, nem o fiscal da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prefeitura poderiam resolver o problema deles, porque ali é área particular. Inclusive, fiscais foram até a área invadida, na terça-feira, e não conseguiram resolver nada. O proprietário é quem deve agir. Objetivo é antecipar a regularização do Parque das Laranjeiras. O motivo da minha ausência, na reunião do funcionalismo, na sexta-feira, foi, justamente, porque eu estive em São Paulo, buscando mais um documento – a revalidação dos loteamentos irregulares, que são em número de dezessete. Inclusive, os loteamentos citados aqui, estão todos, no projeto de regularização. O início do processo se deu à época de Carlos Nelson Bueno e Governador Serra e caminhou. Está saindo aos poucos. Estive, em São Paulo, para ver mais um documento dos loteamentos Domênico Bianchi I e II. E está aqui, o documento, autorização para regularização do loteamento irregular. Conversei com o Deputado David Zaia e, como eu tinha mandado requerimento, cobrando agilidade também, para a documentação para o Parque das Laranjeiras, autorização para regularização, o deputado me disse, que está empenhado, em ajudar, os moradores do Parque das Laranjeiras. Inclusive, foi através dele, que conseguimos, pressionamos a Secretaria Estadual da Habitação, para liberar a autorização para regularização. Mas é complicada, de fato, a situação dos moradores dessas áreas. Depois, fomos ao Cartório de Registro, para regularizar, e havia uma penhora. O cidadão vende a área para terceiros, e deixa bucha para outros, que se virem. Mas, graças à Secretária de Planejamento, está acertada a penhora para o Domenico Bianchi I. E para o Domênico Bianchi II também, dizer que estive na Secretaria de Habitação, pegando esta autorização para regularização dos loteamentos irregulares. Quanto ao caso do servidor público, já falamos aqui. Ninguém aqui, vai votar contra servidor público, jamais. Aliás, quando o prefeito deu o aumento de 6%, divididos em duas vezes, aquilo já foi mais, ou menos e, agora, ele vem com este reajuste baixíssimo de 3,21%. Os vereadores, acredito que se fizerem pressão, pode ser que melhorem um pouco. Mas não será muito, pois ele é irresponsável, realmente. Ele vinha à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tribuna, batia e brigava, mas quando chegou lá, na cadeira de prefeito, ele mudou. A verdade é esta. Mas tenham certeza, funcionários, que nenhum vereador é contra vocês”, salientou. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Fico feliz, em ver a Casa cheia, principalmente, com a participação de jovens, algo muito importante, para a política. Primeiramente, falando sobre o aumento do funcionalismo público, mais uma vez, declaro que sou contrária ao reajuste absurdo de 3,21%. Sabemos, acompanhamos todo o caminhar desta administração, desde o início, os erros, o dinheiro mal aplicado, os gastos desnecessários. Se, realmente, fosse uma administração que caminhasse bem, da qual pudéssemos verificar, onde nosso dinheiro está sendo aplicado; se a população não reclamasse tanto de situações básicas, tais como, simples operações tapa buracos, que nunca são realizadas, nós poderíamos entender, até certo ponto, o prefeito deixar de conceder um aumento adequado. Mas, na condição atual, em que se encontra o município, percebe-se que, realmente, falta boa administração. Que pena, isto sobrar para o funcionalismo público, que é aquele que mais batalha e que está, dia a dia, resolvendo os problemas da população, pessoas que ninguém enxerga e, prova disso, é este projeto absurdo de proposta de aumento salarial de 3,21%, enviado pelo prefeito. Continuaremos na luta, pois faço parte da comissão vereadores, para acompanhamento da questão, indicada pelo PSDB, mas, é claro, que meu companheiro, Vereador Osvaldo Quaglio, estará também, acompanhando o assunto, por meu intermédio. Tratando de Santa Casa. Na sexta-feira, estive aqui, aproveitando o momento em que o Solidariedade trouxe o Deputado Federal Major Olímpio. Major Olímpio, todos sabem, fez parte, comigo, da mesa executiva estadual do PDT e fez dobradinha comigo, quando me candidatei à deputada estadual, pelo PDT. Eu solicitei a ele, na sexta-feira, ajuda para alguns projetos. Eu já tinha conversado com o Marcos, enfermeiro. E ele me mostrou os projetos, que a Santa Casa tinha, para aquisição de equipamentos hospitalares. Enviei ao deputado ofício,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

anexando todos os documentos necessários. Aproveitei o momento do Solidariedade, porque, independentemente, de partido, compromisso é compromisso. Espero, que possamos ter retorno logo, assim como os vereadores do Solidariedade”, aclarou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri. “Não poderia deixar de externar a preocupação, com relação ao reajuste salarial dos servidores. Somente hoje, o prefeito enviou à Casa, para leitura, o Projeto de Lei. Hoje, é a última sessão do mês. Se o reajuste salarial é para maio, já deveria ter vindo. Se o prefeito tivesse decência, o projeto teria vindo para a Casa, em março, e não na última semana do mês. É absurdo o índice de 3,21%. A inflação respectiva do ano é em torno de 10%. Todos estamos preocupados. O prefeito não se preocupa com os servidores, que carregam a administração nas costas. Não temos outra alternativa, a não ser irmos, os representantes de partidos com bancadas nesta Casa, os servidores e Antonio Maciel, Presidente do Sindicato, e a prefeitura, juntos, no tribunal, chegarmos ao consenso e a um denominador comum aos servidores. Contem conosco. Estamos juntos, na luta, e não podemos deixar a situação ficar como está. Temos que encontrar alternativa. Quem sabe uma parcela agora, outra depois, mas alguma coisa deve ser feita. Detalhe importante, uma sugestão é, resolvida esta pendência, dos índices atuais, ainda no final deste ano, precisamos pensar em mudar o mês do reajuste, como já solicitou requerimento aprovado. Precisamos mudar o mês do reajuste do funcionalismo público. E se existem também, funcionários recebendo abaixo do piso estadual, é outro assunto a ser resolvido e não deixar pendente para o próximo reajuste. Juntos, no tribunal, para que se evite qualquer outra perda aos funcionários, objetivando consenso satisfatório a todos. Na última sexta-feira, deu-se a inauguração da quadra e da piscina, com verba oriunda do Banco ITAÚ, no Asilo Coronel João Leite. Presentes, estavam vereadores, Djalma Andrade, de São João da Boa Vista; representantes do banco ITAÚ e da prefeitura. Vale ressaltar, que se não fosse a ajuda do Banco ITAÚ, nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

administração, muito pouco teria sido realizado. Há poucos meses, a prefeitura estava com o repasse para as entidades atrasado. Outro assunto, como o Vereador Jorge comentou, o monumento alusivo ao fim da II Guerra Mundial. Já tivemos reunião, com a prefeitura e subtenente Robert, para conseguir a transferência do obelisco, para a sede do Tiro de Guerra local. Criar lá, uma espécie de museu. Também, felicitar a presença aqui, dos alunos do professor Newton Magalhães, que falará, em Tribuna Livre, pedindo apoio para o cursinho pré-vestibular, na comunidade Santana. Ele vai usar Tribuna Livre”, explicou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, fez uso da palavra, dirigindo-se aos funcionários e explicando a tramitação do projeto de aumento salarial. “Funcionários. Datas. Neste mês, temos cinco segundas-feiras. Dia 30 não teremos sessão. Projeto foi lido, hoje. Vai passar por duas comissões e, cada uma, tem seis dias, para exarar parecer, logo, são doze dias, no total. Teremos nova sessão, no dia 6, mas, provavelmente, será no dia 13. São vinte dias, para que o sindicato possa conseguir o que está reivindicando. Quero ressaltar, que todo servidor sabe, que se não houver acordo, que se confirmados os 3,21%, e, se a Casa rejeitar tal índice, que os funcionários terão zero por cento de aumento. Muitos preferem 3,21%, do que nada. Mas, como dito, a assembleia será soberana e, a princípio, está rejeitando 3,21%. Mas aqui, tinham cem funcionários e, ao todo, são dois mil e seiscentos funcionários. Precisa-se ver o que os servidores querem”, acentuou. Não havendo mais Vereadores inscritos, o Sr. Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à **“TRIBUNA LIVRE”**, e deu ciência à Casa da existência de orador regularmente inscrito para uso de Tribuna Livre, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário o *Professor Newton Magalhães, para falar sobre o cursinho pré-vestibular, realizado na Paróquia São Joaquim e Santana*, cujo discurso foi gravado, em formato digital, à disposição nos arquivos da Casa, por trinta dias. Para a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“Tribuna Livre”, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão às 20h12, para reabri-la, posteriormente, às 20h54. Posto isto, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h55, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 49, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração do Anexo I, constante da Lei Municipal nº 5.754, de 2016, que trata de repasse de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa às entidades cadastradas, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para discorrer sobre a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Este projeto nos surpreendeu, na Comissão de Finanças e Orçamento - CFO. Mais uma vez, a atuação do Banco ITAÚ. O banco destina setenta e um mil, quatrocentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. São dez por cento do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. É um repasse, que já foi aprovado, vai para análise do Tribunal de Contas e, certamente, tem nosso aval. O Executivo pede nossa autorização e, certamente, teremos mais uma verba do Banco Itaú à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim”, afirmou. Também comentou a matéria a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Venho como presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social - CESAS. Este projeto sai um pouco do nosso costume, porque procedemos estudar os projetos de maneira mais criteriosa, mas, neste caso, tratando-se de instituição séria, tanto o Banco ITAÚ, quanto a Concessionária Renovias, e, sendo a Santa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Casa a instituição, que mais conhecemos, exaramos o parecer, com bastante firmeza. O projeto traz também, o parecer e aval do Conselho Municipal do Idoso, grupo legitimado de nossa sociedade. Deve ser aplaudido”, sublinhou; (submetido a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 49/2016, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 50, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre o repasse de recurso oriundo do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para o Centro de Apoio PRA VIDA – Casa de Repouso Emanuel e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para discutir o projeto, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “O Poder Executivo pede autorização, para repassar verba, oriunda do Fundo Municipal da Pessoas Idosa, para o Centro de Apoio PRA Vida – Casa de Repouso Emanuel. Destinado ao desenvolvimento do Projeto Jogos Interlar, o qual tem, por fundamento, promover acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais, bem como abrir oportunidade de trabalho, em rede, articulando com secretaria, conselhos e comunidade local, para atingir um público alvo de sessenta idosos, de ambos os sexos. É um valor de nove mil e oitenta e seis reais. A CFO emitiu parecer favorável. Entendo, que o repasse é legítimo, o programa foi aprovado pelo conselho, tem o apoio da CFO”, aclarou. Também comentou o projeto a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Venho em nome da CESAS, também exaramos parecer favorável. Acho que todos conhecem o trabalho do Lar Emanuel. Outro projeto de grande relevância, para nossa sociedade. O dinheiro será muito bem aplicado, no projeto existente; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 50/2016, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO:** “**ex-vi**” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Regimento Interno: 3. Projeto de Lei Complementar nº 05, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração da Lei Complementar nº 207/2006, que estabeleceu o Estatuto do Magistério Público do Município de Mogi Mirim e respectivo plano de carreira e salários da rede municipal de ensino”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social. Para falar sobre a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Mais uma vez, venho em nome da CESAS. O projeto, nada mais é, do que um direito dos professores, que não estava na lei. Eles não tinham ciência do direito, portanto não faziam uso dele. O recesso de trinta dias, em julho. Por que este projeto vir somente agora, no final de mandato e próximo às eleições? Uma pena, algo que beneficia tanto aos professores. Bandeira do prefeito, junto com a ex-secretária Márcia, e, só agora, dispõe o direito aos professores. Um descanso, que faz toda diferença, no recesso educacional”, ponderou. Também fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Já existia um recesso, na prefeitura, mas não era de trinta dias. Haviam prometido regularizar e não fizeram e estão completando, agora. Não é julho, Vereadora Dayane, mas mês de janeiro. Conversamos com os professores, estavam preocupados, se era mais uma pegadinha, mas desejam que isto seja regularizado, pois aguardavam”, disse; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos presentes, Primeiro Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 05/2016, do Prefeito de Mogi Mirim); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em segundo turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores Luzia C. c. Nogueira, Marcos Bento Alves de Godoy, Maria Helena Scudeler de Barros e Osvaldo Quaglio, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Já explanei, relativo à minha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

votação, sobre o aumento do funcionalismo, mas peço ao funcionalismo, que participe da assembleia do sindicato. São dois mil e seiscentos funcionários e só cento e cinquenta deles participaram da última assembleia. Precisa-se de maior número, para tais decisões. Minha posição será tomada de acordo com a decisão obtida, na assembleia geral. Venho também, não defender o Poder Executivo, mas alguns cargos de nomeação. Contrariando a informação passada, que foi dada pelo Vereador Cinoê, que disse que são trezentos os funcionários comissionados. Não são. São setenta e dois comissionados. Mas existem duzentos e cinquenta cargos, com Função Gratificada – FG, que são servidores de carreira. Se possuem a FG algum motivo há. Na gestão de Carlos Nelson Bueno, eram cento e cinquenta e oito cargos de livre nomeação. Mais de duzentos cargos com FGs, para funcionários de carreira. Escuto comentar de nomeados, que não trabalham, ou é isso, ou aquilo. Pode ser. Mas desconheço. Os que sei, todos se empenham, trabalham e dão o sangue, para merecerem os salários. E os funcionários de carreira, que são concursados, têm FG por algum motivo. Então, é fácil jogar, no ar, que todo o problema dos servidores, salários e outras coisas, está em cima dos comissionados”, destacou. Como os próximos inscritos, Vereadores Ary Augusto Reis de Macedo, Benedito José do Couto e Cinoê Duzo, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “Apenas para agradecer a CFO, pelo parecer dado ao projeto de Tarifa Justa. Eu retirei o projeto. Foi um parecer muito bem elaborado, no sentido de nos sugerir entrar em contato com ARES PCJ, agência que regulamenta toda a questão de preços e tarifas da água, em Mogi Mirim. O projeto era, justamente, para discutir a relação entre o valor que é pago. Hoje, o consumidor gasta cinco mil litros de água e acaba pagando por dez, e, além disso, ainda paga o esgoto. Este projeto era uma tentativa de equacionar e tentar melhorar a questão. Mas transcende o Poder Legislativo. Deve ser feito um estudo pela ARES PCJ, que deve analisar a questão. Na verdade, particularmente, eu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

penso que não dá para concordar. Porque uma pessoa, que gasta cinco mil litros de água, ela paga igual a alguém que gasta trinta mil litros. Meu assessor foi muito eficaz em destrinchar a tabela da agência. Quem gasta cinco mil litros, paga igual a quem gasta trinta mil litros. Não há vantagem financeira alguma, em economizar, apenas pela natureza. Esta Casa precisa se debruçar sobre o tema, pensar a respeito, porque, ao meu modo de ver, o consumidor acaba sendo lesado. Com calma. Eu, particularmente, farei visita a ARES PCJ, para maiores esclarecimentos, mas um estudo precisa ser feito. Se pegarmos as cidades, que não fazem parte da ARES PCJ, observaremos, que elas pagam bem menos, pela água que consomem. Precisa-se analisar também, até que ponto vale a pena o município estar regulado pela ARES PCJ”, definiu. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Venho tecer comentário a respeito da saúde no município, haja vista a contínua troca de secretários. Mais uma vez, houve mudança, quando pensávamos tudo estava se estabelecendo. Quem sofre é a população. Li, que a nova secretária, Beatriz Gualda, disse que vai se posicionar sobre as pendências, mas saúde tem pressa e a população está sem respostas. Recebi alguns munícipes, que me procuraram, para questionar a situação dos medicamentos. Se podem pegar medicamentos, com receita particular, ou de convênio, ou não? Deixo como cobrança, para que o posicionamento seja tomado, o mais rápido possível. Para que a população possa receber as informações válidas, porque ela merece. Tudo está caminhando, desordenadamente, até agora, mas a população merece um posicionamento”, falou. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi. “Venho convidar a todos para a reunião do CONSEG, na quarta-feira, dia 1º de junho, às 19 horas, na Câmara. Peço a presença de todos”, disse. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Quero dizer, que é muito legal o vereador, que usa a tribuna e joga limpo com a população. Aqui tem vereador, que mente para a população. Não estou defendendo o prefeito. Se for de interesse da população, vou defender. Se não for do interesse



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da população, vou bater contra. Mas tem vereador que vem à tribuna, bate, bate, mas mente para a população. Quando o vereador veio à tribuna e disse que eram trezentos os comissionados, ele faltou com a verdade. São setenta e cinco comissionados. A população fica pedindo, para eu dar nomes. O Vereador Cinoê chega nesta tribuna, bate, mas não prova e o legal é falar e provar. Quando Carlos Nelson Bueno estava no poder, a noiva do Vereador tinha a FG e isto, nunca foi questionado aqui, na tribuna, a FG dessa funcionária. Na época, o cidadão não se manifestava aqui, para nada. Esta administração é covarde, pois tem que se defender, pelos meios de comunicação, e dá impressão, que eu estou defendendo o prefeito, mas isso não é verdade. Apenas peço para que falem a verdade, na tribuna. Se for para defender o prefeito, vou defender. Mas não quero mentir. Este prefeito, quando foi vereador, defendia mundos e fundos, e, olhem agora, o pau quebrando no lombo dele. Então, tem vereador que fala, promete, bate, mas não se impressionem. Devido a população cobrar, vou dar nomes, um a um, aqui, quando usarem de inverdades, em tribuna. Tudo aqui, dizem que os vereadores da base são culpados, tentam nos colocar como demônios, aqui. Mas eu vou usar desta tribuna e dar nomes e falar do passado da pessoa, tintim por tintim. Tenho papéis. Vou dar nomes. E quero agradecer ao secretário, pelo atendimento de nossos requerimentos, principalmente, pedido, que fiz, para iluminação nas vielas do Parque do Estado e no Domênico Bianchi. Consegui também, para a Rua Benedito Pena Forte, no Maria Beatriz. Temos que agradecer, não só dar pancadas. Estou sendo atendido, humildemente, peço, imploro e peito, brigo por causa da população”, explicou. Como o próximo inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. “Acompanhamos, ontem, a um jogo do Campeonato de Futebol Amador de Mogi Mirim, partida realizada no Estádio Ismael Polettini. Foi feita homenagem ao jovem Rafael, jogador do Jardim Europa. Este jovem está internado, na UTI, da Santa Casa de Mogi Mirim.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Os dois times fizeram homenagem a este rapaz, trazendo uma faixa. A frase utilizada foi: ‘A esperança não traz confusão, porquanto o amor de Deus foi derramado, em nossos corações, pelo Espírito Santo, que nos foi dado, por Cristo Jesus’. Romanos. Parabéns à equipe técnica e aos jogadores. Para concluir. Nesta última sessão de maio, apresentei requerimento, aprovado por vocês, e eu agradeço, para que a prefeitura nos mande informações sobre a empresa Cidade Brasil, que efetua a limpeza pública, inclusive, o contrato. Há rumores, está também no Dedo Duro, de que mais quinze funcionários foram dispensados. Com os funcionários trabalhando, a cidade já estava horrível, não está limpa, galhos e entulhos, que não são recolhidos e, agora, com essas demissões, eu nem sei como vai ficar. Temos que chamar os responsáveis aqui. Quinze funcionários devem ser duas equipes, a menos, nas ruas. Este requerimento trata deste assunto. Eu gostaria de ter o contrato, em mãos, para ver como este dinheiro dos nossos impostos está sendo usado”, explicou. O último orador, Vereador Luiz Antonio Guarnieri, desistiu do uso da palavra. Nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h35, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM